

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.658 - SP (2019/0334612-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : NICHAN AMAURI MURATIAN  
**RECORRENTE** : HAMILTON JESUS KOBISKI  
**ADVOGADO** : PATRÍCIA PAULA COURA LUSTRI DOS SANTOS - SP193053  
**RECORRIDO** : ROBERTO RAFAEL COLACIOPPO  
**ADVOGADOS** : RODRIGO GUIMARÃES VERONA - SP192189  
JULIANA DE MEDEIROS DINIZ - SP409170  
**INTERES.** : POSTO DE SERVICOS GEM LIMITADA  
**ADVOGADOS** : WELESSON JOSÉ REUTERS DE FREITAS - SP160641  
CAMILA SANTOS CURY - SP276969

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF contra acórdão do TJSP assim ementado (e-STJ fl. 90):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - BEM MÓVEL OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - VEÍCULOS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA CABIMENTO RECURSO NÃO PROVIDO. Os elementos trazidos aos autos são suficientes para a afirmação de que o encerramento das atividades da empresa sem pagamento dos credores afronta princípio basilar de direito que veda o enriquecimento sem causa, possibilitando a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, presentes que se encontram os requisitos do artigo 50 do Código Civil.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 118/121).

Os recorrentes, em suas razões (e-STJ fls. 224/231), sustentou, em síntese, violação dos seguintes dispositivos legais:

(a) arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, alegando negativa de prestação jurisdicional, haja vista que "o acórdão foi absolutamente omissivo quanto à apreciação destes pontos questionados, e ainda, proferiu em sua ementa a afirmação de que estariam presentes os requisitos do artigo 50 do Código Civil, sem sequer mencioná-los na fundamentação do acórdão" (e-STJ fls. 138/139).

(b) art. 50 do CC/2002, pois "o entendimento jurisprudencial consolidado deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a mera dissolução irregular da sociedade e a ausência de pagamento de credores não autorizam, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, sendo necessária a PROVA da confusão patrimonial ou o desvio da finalidade societária" (e-STJ fl. 135).

Contrarrazões às fls. 177/188 (e-STJ).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 189/190).

É o relatório.

Decido.

Ao negar provimento ao agravo de instrumento, a Corte de origem concluiu que (e-STJ fls. 92/93):

No caso vertente, os documentos acostados às fls. 54/57 comprovam que, conquanto os sócios da empresa alegam seu fechamento em 2007, não houve qualquer registro ou prenotação de tal fato junto à JUCESP, sendo que a última escrituração no cadastro da empresa informa a alteração do objeto social para venda de lubrificantes e somente isso. Nada comprova nos autos o momento efetivo em que a empresa teve suas atividades encerradas, ou seja, foi encerrada de forma irregular.

Logo, diante do não pagamento dos valores devidos aos credores; dos indícios de dissolução irregular da sociedade, ausência de bens penhoráveis, vislumbra-se a possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica para inclusão dos sócios Nichan Amauri Muratian e Hamilton Jesus Kobiski no polo passivo.

(...)

Correto, portanto, o deferimento do pedido efetuado pelo exequente de desconstituição da personalidade jurídica da empresa ré, diante do encerramento irregular da sociedade sem a liquidação do passivo, situação de conhecimento dos executados desde 2007, sem o seu registro atualizado na Jucesp.

A SEGUNDA SEÇÃO, ao apreciar o EREsp n. 1.306.553/SC (Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 10/12/2014, DJe 12/12/2014), decidiu que "o encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil". Confira-se a ementa do julgado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ARTIGO 50, DO CC. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES OU DISSOLUÇÃO IRREGULARES DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. DOLO. NECESSIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ACOLHIMENTO.

1. A criação teórica da pessoa jurídica foi avanço que permitiu o desenvolvimento da atividade econômica, ensejando a limitação dos riscos do empreendedor ao patrimônio destacado para tal fim. Abusos no uso da personalidade jurídica justificaram, em lenta evolução jurisprudencial, posteriormente incorporada ao direito positivo brasileiro, a tipificação de hipóteses em que se autoriza o levantamento do véu da personalidade jurídica para atingir o patrimônio de sócios que dela dolosamente se prevaleceram para finalidades ilícitas. Tratando-se de regra de exceção, de restrição ao princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, a interpretação que melhor se coaduna com o art. 50 do Código Civil é a que relega sua aplicação a casos extremos, em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos, configurado mediante o desvio da finalidade institucional ou a confusão patrimonial.

2. O encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil.

3. Embargos de divergência acolhidos.

Afora isso, a desconsideração é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o que o aresto impugnado não demonstrou.

Corroborando esse entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ENCERRAMENTO IRREGULAR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ABUSO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DECISÃO MANTIDA.

1. "Esta Corte Superior firmou seu posicionamento no sentido de que a existência de indícios de encerramento irregular da sociedade aliada à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo não constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica, eis que se trata de medida excepcional e está subordinada à efetiva comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial" (AgInt no AREsp 1.351.748/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 25/4/2019).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.727.095/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 17/6/2019, DJe 21/6/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE

1. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a existência de indícios de encerramento irregular da sociedade aliada à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo não constituem motivos suficientes para a desconsideração da personalidade jurídica, eis que se trata de medida excepcional e está subordinada à efetiva comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, inócuentes na hipótese. Incidência da Súmula 83/STJ.

(...)

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.418.254/MS, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 26/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. AUSÊNCIA. INSOLVÊNCIA DA SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. FATOS INSUFICIENTES.

(...)

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça encontra-se consolidada no sentido de que a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e está subordinada à comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial. Precedentes.

3. Na hipótese, a não localização de bens e o suposto encerramento irregular não podem ser considerados suficientes para presumir o abuso da personalidade jurídica. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.776.605/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019.)

Portanto, ausente a demonstração da ocorrência de elemento objetivo relacionado a qualquer um dos requisitos previstos no art. 50 do CC/2002, caracterizadores de abuso da personalidade jurídica, inexistente fundamento para desconsiderar a personalidade da sociedade empresária.

Diante do exposto, DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial, a

# *Superior Tribunal de Justiça*

fim de afastar a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica fundada apenas no encerramento irregular da sociedade.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator